

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20260017

TERMO DE CONTRATO Nº 20260017 QUE ENTRE SI FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO MARIA, E A EMPRESA ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ sob o n.º 34.668.962/0001-35**, com sede na Rua 12, nº 726, Quadra 60, Centro, CEP 68.530-000, Município de Rio Maria/PA, representado neste ato pelo Sr. **Alex da Costa Pessoa**, Secretário Municipal de Saúde, nomeado mediante Decreto Municipal n.º 001/2025, e do outro lado a empresa **ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 37.676.047/0001-80**, com sede na RUA Q ASR NE 55 ALAMEDA 8 LOTE 07 QI 09, na cidade de PALMAS – TO, CEP: 77.006-534, Fone: (63) 3214-2279 ou (63) 9 9292-7667/E-mail: licitacoes@rosafarm.com.br, representada neste ato pelo Sr. **JOÃOZINHO PEREIRA MENDANHA**, brasileiro, nascido em 21/12/1986, casado, empresário, inscrito no CPF nº: 850.196.401-82, portador da Cédula de Identidade RG: 3847294 SSPGO, residente e domiciliado na Quadra ARSE 32, Alameda 1, S/N, Conj. L, Lote 15, Bloco 04, Apto 302, Res. Mirante Du Park, Plano Diretor Sul, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001.2026-000001, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026**, homologado em 29/01/2026, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. O objeto do presente instrumento é o Aquisição de medicamentos essenciais destinados à assistência farmacêutica da rede municipal de saúde, para atender demandas da atenção primária, média e alta complexidade, incluindo produtos para portadores de diabetes mellitus previstos na Portaria MS/GM nº 2.583/2007, e para suprir eventuais demandas judiciais e espontânea, pelo período de 12 meses.

1.2. Itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001340	CETOCONAZOL 200 MG - Marca.: PRATI CETOCONAZOL 200MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO ORAL;	1.000,00	0,280	280,00
006529	CIPROFLOXACINO 500MG - Marca.: PRATI CIPROFLOXACINO 500MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO ORAL;	2.000,00	0,230	460,00
006590	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOL. ORAL 20 ML - Marca.: HIPOL ABOR CLONAZEPAM 2,5 MG/ML; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO EMBALAGEM: FRASCO - GOTAS 20ML.	FRASCO ORAL;	200,00	2,390	478,00
010530	CINARIZINA 75 MG - Marca.: RANBAXY CINARIZINA 75MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO ORAL;	1.000,00	0,490	490,00
010534	CLORETO DE SÓDIO INJ. 20% - Marca.: ISOFARMA Cloreto de sódio 0,2; Apresentação: Solução injetável endovenosa; Embalagem: Ampola 10ML.	AMPOLA	200,00	0,480	96,00
010691	ISOSSORBIDA COMPRIMIDO DE 20 MG - Marca.: ZYDUS Isossorbida 20mg; Apresentação: Comprimido Embalagem: Comprimido.	COMPRIMIDO oral;	210,00	0,170	35,70
012945	CLONAZEPAN 2 MG COMPRIMIDO - Marca.: GEOLAB CLONAZEPAN 2MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO ORAL;	2.000,00	0,060	120,00

024655	ÁCIDO FÓLICO 5MG - Marca.: NATULAB ÁCIDO FÓLICO 5 MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO ORAL; EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	6.000,00	0,050	300,00
026964	CINARIZINA 25 MG - Marca.: NEOQUIMICA CINARIZINA 25MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO ORAL; EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	1.000,00	0,300	300,00
065771	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG - Marca.: UNIÃO QUIMIC DECANOATO DE HALOPERIDOL 50 MG/ML, AMPOLA COM 1 ML, INTRAMUSCULAR.	AMPOLA	400,00	6,410	2.564,00
104816	CIMETIDINA 300MG/2ML - Marca.: TEUTO CIMETIDINA 300 MG/2 ML; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL EV/IM; EMBALAGEM: AMPOLA 2ML.	AMPOLA	4.000,00	0,970	3.880,00
104817	CIPROFLOXACINO 2MG/ML - Marca.: HALEX CIPROFLOXACINO 2 MG/ML; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA; EMBALAGEM: BOLSA 100ML.	BOLSA	200,00	8,050	1.610,00
104818	CLINDAMICINA 150MG/4ML - Marca.: HIPOLABOR CLINDAMICINA 150 MG/ML; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL EV/IM; EMBALAGEM: AMPOLA 4ML.	AMPOLA	200,00	2,760	552,00
104819	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 10ML - Marca.: SAMTEC Cloreto de potássio 0,1; Apresentação: Solução injetável EV/IM; Embalagem: Ampola 10ML.	AMPOLA	600,00	0,390	234,00
104820	CLORETO DE SÓDIO 10% 10ML - Marca.: SAMTEC Cloreto de sódio 0,1; Apresentação: Solução injetável endovenosa; Embalagem: Ampola 10ML.	AMPOLA	200,00	0,930	186,00
116146	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U/G + 0,01 G/G 50G - M arca.: CRISTALIA COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6 U/G + 0,01 G/G; APRESENTAÇÃO: POMADA/CREME/GEL TÓPICA; BISNAGA 50G.	M	100,00	34,500	3.450,00
140207	AMICACINA 50MG/ML - Marca.: TEUTO AMICACINA 50MG/ML; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL EV/IM; EMBALAGEM: AMPOLA 2ML.	AMPOLA	500,00	1,540	770,00
140209	AMIODARONA 100MG - Marca.: GEOLAB AMIODARONA 100MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO ORAL; EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	2.000,00	0,410	820,00
140212	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 + 12,5MG/ML - Marca.: SANDOZ AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 + 12,5 MG/ML; APRESENTAÇÃO: PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL; EMBALAGEM: FRASCO 100ML.	FRASCO	100,00	15,530	1.553,00
140215	AZITROMICINA 40MG/ML - Marca.: PRATI AZITROMICINA 40 MG/ML; APRESENTAÇÃO: PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL; EMBALAGEM: FRASCO 15 ML + DOSADOR.	FRASCO	250,00	7,540	1.885,00
140236	CLOPIDOGREL 75 MG - Marca.: ACCORD CLOPIDOGREL 75 MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO ORAL; EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	1.000,00	0,300	300,00
140237	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% - Marca.: EQUIPLEX CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL EV/IM; EMBALAGEM: AMPOLA 10ML.	AMPOLA	600,00	0,400	240,00
140241	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA + GLICOSE 5 (0,5%) + 80 (8%) MG/ML - Marca.: HIPOLABOR CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA + GLICOSE 5 (0,5%) + 80 (8%) MG/ML (PESADA); APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL SUBARACNOÍDEA; EMBALAGEM: AMPOLA 4ML.	AMPOLA	200,00	3,110	622,00
140242	CLORPROMAZINA 25MG - Marca.: CRISTALIA CLORPROMAZINA 25 MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO ORAL; EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	1.000,00	0,320	320,00
140243	CLORPROMAZINA 100MG - Marca.: UNIÃO QUIMICA CLORPROMAZINA 100MG; APRESENTAÇÃO: COMPRIMIDO ORAL; EMBALAGEM: COMPRIMIDO.	COMPRIMIDO	1.000,00	0,330	330,00
140253	DOBUTAMINA 250MG/20ML - Marca.: HYPOFARMA DOBUTAMINA 250 MG/20 ML; APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL ENDOVENOSA; EMBALAGEM: AMPOLA 20ML.	AMPOLA	50,00	5,750	287,50
151932	ÁCIDO GRAXOS ESSENCIAIS 100ML - Marca.: MAYBEN óleo de girassol + Vitamina A + Vitamina E (70% + 0,5% + 0,5%); Apresentação: Loção oleosa tópica; Embalagem: Frasco 100ML.	FRASCO	120,00	2,750	330,00
151934	CARVÃO ATIVADO EM PÓ P.A. - Marca.: EXODO CIENTIFICA Carvão ativado em pó P.A., Pote contendo 1kg.	POTE	1,00	402,500	402,50
151936	CLORPROMAZINA 25MG/5ML SOLUÇÃO INJETÁVEL - Marca.: C RISTALIA Apresentação: Solução injetável intramuscular; Embalagem: Ampola 5ML.	AMPOLA	100,00	3,110	311,00
151938	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO + FOSFATO DE SÓDIO DIBÁS ICO 0,16G + 0,068G/ML - Marca.: JP Apresentação: Solução retal; Embalagem: Frasco 130ML.	FRASCO	60,00	5,920	355,20

VALOR GLOBAL R\$ 23.561,90

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- A Proposta do Contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total deste contrato é de **R\$ 23.561,90 (vinte e três mil, quinhentos e sessenta e um reais e noventa centavos).**

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato origina-se no **processo de nº 001.2026-000001**, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001-2026** e fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. De forma **IMEDIATA**, por se tratar de produtos de uso contínuo e indispensável, utilizados diariamente pelos usuários e pelas unidades integrantes da rede municipal de saúde, os quais devem ser fornecidos de maneira ininterrupta, sempre que devidamente solicitados. Ressalta-se que o fornecimento ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, de modo a garantir a regularidade do atendimento, a continuidade da assistência à população e a plena execução das ações e serviços de saúde, em estrita obediência aos detalhes constantes neste Termo de Referência e respectivos anexos.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5.1. O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade **até 29 de janeiro de 2027.**

Parágrafo único. O período acima poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

V - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

VI - Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II - Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior

(art. 137, II, Lei 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XIII - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2. É vedado à CONTRATADA:

I - A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a vigência deste Contrato;

II - A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e

III - A subcontratação de outra empresa para o fornecimento do produto objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **ALLANKARDSON GOMES BRITO**, designado como fiscal por meio da Portaria nº 006/2025, cabendo-lhe o monitoramento das atividades e o registro das ocorrências. Em caso de necessidade, poderão atuar seus substitutos legais, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

I - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

III - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA DESPESA

9.1. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.303.0007.2-124 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 10.303.0007.2-125 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA HOSPITAL MUNICIPAL
--

10.303.0007.2-126 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA POSTOS DE SAÚDE

Natureza da Despesa

3.3.90.30 - Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor no prazo de 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos junto a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo único. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

10.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade,

proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo único. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do IPCA, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

IX - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do subitem 13.1 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do subitem 13.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV - Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de RIO MARIA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

16.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Rio Maria – PA, 29 de janeiro de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO MARIA – PA
CNPJ N° 04.144.176/0001-78
CONTRATANTE

ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ N° 37.676.047/0001-80
CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____